

Excelentíssimo Senhor Marco Peixoto,
MD Conselheiro Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul.

Órgão auditado: Executivo Municipal de Mato Queimado
Assunto: Esclarecimentos
Período Examinado: 2016
Processo: 1907-0200/16-6

NELSON HENTZ, Administrador do Poder Executivo Municipal De Mato Queimado, no exercício do ano de 2016, vem, perante este egrégio Tribunal de Contas, por intermédio de seu procurador infra-assinado, na forma do inciso IV do art. 12 do Regimento Interno dessa Corte, no devido tempo, prestar **ESCLARECIMENTOS**, nos termos que seguem:

Dos Esclarecimentos

2 – DOS DOCUMENTOS

2.1 – Cópia das atas de encerramento dos inventários de bens e valores, elaboradas pela comissão inventariante, evidenciando eventuais diferenças e as respectivas providências adotadas (alínea “d” do inciso III art. 2º da Resolução nº 1.052/2015).

Nos termos do Relatório Geral de Consolidação das Contas, o Poder Legislativo Municipal não teria realizado o inventário de forma integral, apenas por amostragem em infringência ao disposto no art. 2º, inciso III, alínea “d”, da Resolução no 1.052, de 2015.

Ocorre que, o Município realiza anualmente o levantamento dos bens patrimoniais. Anualmente, é realizado leilão público de bens inservíveis ou obsoletos, exatamente para agilizar e evitar uma relação enorme e bens sem poder usufruir de seus benefícios ou a que foi adquirido ou ainda levando em conta o custo benefício onde a manutenção possui valores que não compensam e são substituídos por novos ou mais práticos. Em 2016, advinha, a exemplo de outros exercícios, de um levantamento de todos os bens por secretaria para instruir o processo, conforme demonstra a lei nº 1.293/16 de 25 de agosto de 2016, disponibilizada no site para conferência (em anexo). Nesta data, todas as secretarias efetuaram levantamento geral dos bens. Desta data até dezembro, não houveram grandes alterações e, mesmo assim, foi feito levantamento, porém, desconsiderando os itens colocados à venda, substituindo-os por outros equipamentos lançados a posterior.

Cabe ressaltar, que houve um equívoco na transcrição da Ata, onde consta como “por amostragem”, pois havia sido realizado todo levantamento a pouco. Inclusive, no final do exercício foram realizados todos os levantamentos a campo com medição dos equipamentos usados por agricultores nas lidas de campo, com assinaturas de dezenas de Termos de Responsabilidade, que foram repassadas a nova administração.

São por estas razões que o aponte não pode prosperar, pois em nada dimensiona em prejuízo à administração ou a forma de gestão, pois foram apenas falhas formais e que serão corrigidas.

Diante do exposto, requer-se o afastamento do aponte em comento, bem como de qualquer penalidade pecuniária ao Gestor responsável.

2.3. Da Lei da Transparência

No item em tela, o qual consta nas págs. 146 a 149 dos autos, a Equipe de Auditoria apontou suposta irregularidade no cumprimento da legislação regente da Transparência, por parte do Poder Executivo de Mato Queimado, através do seu sítio na rede mundial de computadores.

As supostas inconformidades suscitadas pela Auditoria constam nas fls. 138 e 139 dos autos, sendo que especificamente foram apontados os seguintes itens:

- não apresentação da prestação de contas (relatório de gestão) do ano anterior e o respectivo parecer prévio;
- não gravação de relatórios em diversos formatos.

Em que pese o entendimento exarado pela Equipe de Auditoria, não merece o mesmo prosperar, pelos fatos e fundamentos que adiante seguem:

Inicialmente, cumpre ressaltar que os itens apontados pela Auditoria se apresentam em número muito reduzido, sendo que um deles, o concernente a “não gravação de relatórios em diversos formatos”, não afronta a transparência pretendida pela legislação vigente, uma vez que a informação está acessível no site para quem interessar possa.

No mesmo sentido, conforme se comprova com as informações abaixo o sítio do Auditado possui as informações apontadas, refutando o aponte exarado pela Auditoria.

Portal da Transparência
Município de MATO QUEIMADO

Contas Públicas

1 - Informe o exercício da consulta a ser efetuada.
2 - Informe qual o intervalo de datas a serem pesquisadas (somente dentro do exercício selecionado).
3 - Selecione a Entidade contábil.
4 - Clique no botão Pesquisar.

Ferramenta de Pesquisa (art. 8º, § 3º, II)

Exercícios: 2017

Período: 01/01/2017 a 04/08/2017

Tipo: Todos

10 Exibir

Título	Data Publicação	Tipo	Anexos
1º Bimestre	28/07/2017	RREO	Anexos
1º Bimestre	28/07/2017	RGF	Anexos
1º Semestre	28/07/2017	RGF	Anexos
2º Bimestre	28/07/2017	RREO	Anexos
2º Bimestre	28/07/2017	RREO	Anexos
1º Bimestre	28/07/2017	RREO	Anexos
3º Bimestre	28/07/2017	RREO	Anexos
3º Bimestre 2017	28/07/2017	RREO	Anexos
3º bimestre	26/07/2017	TCU	Anexos
1º Semestre 2017	26/07/2017	Gestão Fiscal - TCE (Tribunal de Contas do Estado)	Anexos

1 à 10 de 40 registros

Título	Data Publicação	Tipo	Anexos
1º Bimestre	28/07/2017	RREO	Anexos
1º Bimestre	28/07/2017	RGF	Anexos
1º Semestre	28/07/2017	RGF	Anexos
2º Bimestre	28/07/2017	RREO	Anexos
2º Bimestre	28/07/2017	RREO	Anexos
1º Bimestre	28/07/2017	RREO	Anexos
3º Bimestre	28/07/2017	RREO	Anexos
3º Bimestre 2017	28/07/2017	RREO	Anexos
3º bimestre	26/07/2017	TCU	Anexos
1º Semestre 2017	26/07/2017	Gestão Fiscal - TCE (Tribunal de Contas do Estado)	Anexos

Diante de todo o exposto, se conclui que o apontado em tela exarado em relação a gestão da administração de Mato Queimado no ano de 2016, não merece prosperar, em razão do acima referido.

Dos Pedidos

Diante do exposto, acatando as razões anotadas e devidamente embasadas, sendo possível constatar que todas as inconsistências inicialmente registradas não permanecem, requer-se a emissão de Parecer Favorável às contas do senhor Nelson Hentz, sem a imposição de penalidade pecuniária, tendo em vista o saneamento das falhas apontadas por esta Corte de Contas.

Nestes termos,
Pede-se deferimento.

Porto Alegre, 04 de agosto de 2017.

pp.
André Leandro Barbi de Souza
OAB/RS nº 27.755

pp.
Brunno Bossle
OAB/RS 92.802